

## Sumário

---

AGRADECIMENTOS À 2ª EDIÇÃO.....	7
AGRADECIMENTOS À 1ª EDIÇÃO.....	9
SOBRE A COLEÇÃO LIEBMAN .....	13
PREFÁCIO .....	15
INTRODUÇÃO .....	21
<b>1. SISTEMAS DO CIVIL LAW E DO COMMON LAW E A EVOLUÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>25</b>
1.1. Sistemas do <i>civil law</i> e do <i>common law</i> : origens, fontes e convergência .....	25
1.1.1. <i>Civil law</i> .....	26
1.1.2. <i>Common law</i> .....	30
1.1.3. Convergência entre os sistemas.....	34
1.2. Evolução dos “precedentes judiciais” no direito brasileiro.....	36
1.3. Modelo de processo adotado pelo CPC/2015 e princípios aplicáveis ao sistema de precedentes .....	40
1.3.1. Modelo constitucional de processo e princípio da cooperação.....	41
1.3.2. Contraditório.....	47
1.3.3. Igualdade.....	51
1.3.4. Boa-fé objetiva, segurança jurídica e proteção da confiança.....	54
1.3.5. Duração razoável do processo .....	58
<b>2. PRECEDENTES JUDICIAIS E DECISÕES VINCULANTES NO CPC .....</b>	<b>61</b>
2.1. Precedente, jurisprudência e súmula: distinções necessárias .....	61
2.2. Estrutura e aplicação do precedente .....	67
2.2.1. Identificação dos fundamentos determinantes do precedente.....	67
2.2.1.1. Teorias para distinguir a <i>ratio decidendi</i> do <i>obiter dictum</i> ....	67

2.2.1.2.	Dificuldades para a identificação dos fundamentos determinantes da decisão no direito processual brasileiro .....	71
2.2.1.3.	<i>Ratio decidendi</i> x Tese jurídica .....	76
2.2.2.	Técnicas de utilização do precedente .....	80
2.2.2.1.	Identidade, analogia e distinção.....	80
2.2.2.2.	Superação .....	88
2.2.3.	A relevância da fundamentação para a aplicação e não aplicação do precedente.....	93
2.3.	Incidência do precedente .....	104
2.3.1.	Uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência.....	104
2.3.2.	Eficácia vinculante do precedente: "os juízes e os tribunais observarão" .....	112
2.3.3.	Discrecionariedade judicial e respeito ao precedente .....	115
2.4.	Pronunciamentos judiciais vinculantes previstos no art. 927 .....	118
2.4.1.	Decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade....	119
2.4.2.	Enunciados de Súmula.....	125
2.4.3.	Tese jurídica fixada em Incidente de Assunção de Competência (IAC) ou de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e em julgamento de recursos repetitivos .....	129
2.4.4.	Decisões dos órgãos de cúpula dos tribunais .....	137
2.5.	Recurso extraordinário julgado pelo regime de repercussão geral.....	138
3.	<b>AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA</b> .....	147
3.1.	Antecedentes históricos da ação rescisória .....	147
3.2.	Conceito e natureza jurídica da ação rescisória .....	151
3.3.	Objeto da ação rescisória.....	153
3.4.	Juízos rescindente e rescisório .....	156
3.5.	Prazo.....	161
3.6.	Ação rescisória por violação à norma jurídica .....	166
3.6.1.	Ação rescisória por violação a literal disposição de lei – CPC/1973 ....	166
3.6.2.	Ação rescisória por violação manifesta à norma jurídica – CPC/2015....	172
3.6.2.1.	Origem da alteração legislativa: os debates na Comissão de Juristas e a adoção da concepção de norma jurídica como conjunto de regras e princípios .....	172

3.6.2.2.	Distinção entre texto (enunciado) e norma.....	183
3.6.2.3.	Significado de violar “manifestamente”.....	190
<b>4.</b>	<b>AÇÃO RESCISÓRIA E PRECEDENTES: ANÁLISE DOS §§ 5º E 6º DO ART. 966 DO CPC.....</b>	<b>195</b>
4.1.	A Lei nº 13.256/2016 e a inserção dos §§ 5º e 6º no art. 966.....	195
4.2.	As normas extraídas de quais precedentes que autorizam a utilização da ação rescisória?.....	202
4.3.	A ofensa que permite a rescisão.....	211
4.3.1.	Distinção fática.....	215
4.3.2.	“Questão jurídica não examinada”.....	218
4.3.3.	Princípio da inércia e ônus argumentativo do autor.....	222
4.4.	Limites temporais.....	224
4.4.1.	Momento do trânsito em julgado da decisão rescindenda.....	224
4.4.2.	Momento de formação do precedente.....	226
4.4.3.	A Súmula 343 do STF.....	229
4.4.4.	Alteração do precedente e modulação temporal dos efeitos da decisão.....	243
4.4.4.1.	Modulação temporal dos efeitos das decisões judiciais: aspectos gerais.....	243
4.4.4.2.	Cabimento da ação rescisória para adequar decisão transitada em julgado à modulação de efeitos da tese fixada no precedente.....	247
4.4.5.	Lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF (arts. 525, § 15, e 535, § 8º, do CPC).....	251
4.4.5.1.	A posição da doutrina antes do advento do julgamento da QO na AR 2.876 pelo STF.....	251
4.4.5.2.	O entendimento do STF no julgamento da QO na AR 2.876: o novo regime jurídico da coisa julgada inconstitucional ....	256
4.4.6.	Cessação dos efeitos da coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado.....	263
4.4.6.1.	O tratamento dado pelo STF nos Temas 881 e 885.....	263
4.4.6.2.	O “estado da arte” na jurisprudência do STJ.....	271
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>275</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>279</b>